

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2025-07-18

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Baptista, V. & Marques Alves, P. (2024). A revolução em contexto local: Estudo de caso sobre a alfabetização de adultos no bairro dos Olivais Sul, em Lisboa. In Andreia Rodrigues, António Amaral, Catarina Pimentel Neto, Catarina Veiga dos Santos, Diogo Ferreira, Eunice Relvas, Inês José, João Francisco Pereira, João Pedro Santos, Maria Fernanda Rollo, Mariana Reis de Castro e Pedro Serraeto (Ed.), *Atas do VII Congresso de História Local: Conceitos, práticas e desafios na contemporaneidade*. (pp. 131-147). Lisboa: HTC-NOVA FCSH/CEF-UC.

Further information on publisher's website:

[10.34619/msyz-ygtd](https://doi.org/10.34619/msyz-ygtd)

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Baptista, V. & Marques Alves, P. (2024). A revolução em contexto local: Estudo de caso sobre a alfabetização de adultos no bairro dos Olivais Sul, em Lisboa. In Andreia Rodrigues, António Amaral, Catarina Pimentel Neto, Catarina Veiga dos Santos, Diogo Ferreira, Eunice Relvas, Inês José, João Francisco Pereira, João Pedro Santos, Maria Fernanda Rollo, Mariana Reis de Castro e Pedro Serraeto (Ed.), *Atas do VII Congresso de História Local: Conceitos, práticas e desafios na contemporaneidade*. (pp. 131-147). Lisboa: HTC-NOVA FCSH/CEF-UC., which has been published in final form at <https://dx.doi.org/10.34619/msyz-ygtd>. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

---

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

## **A Revolução em Contexto Local**

### **Estudo de caso sobre a Alfabetização de Adultos no Bairro dos Olivais Sul, em Lisboa**

Virgínia Baptista

Investigadora, História Territórios e Comunidades - Nova FCSH-CFE-UC

Paulo Marques Alves

Professor Auxiliar do ISCTE-IUL e investigador do DINAMIA'CET-ISCTE

#### **Introdução**

A Revolução de Abril tem sido objeto de inúmeros estudos incidindo em múltiplas dimensões, mas continuam a subsistir algumas zonas de obscuridade. Uma relaciona-se com as campanhas de alfabetização.

Como salienta Giddens, durante séculos, o saber ler não foi “necessário, nem sequer útil na vida quotidiana de muitas pessoas”<sup>1</sup>. Ainda que tendo sido com a Reforma protestante que se dá um primeiro movimento visando a alfabetização em larga escala, a utilidade do saber ler só se afirma verdadeiramente com a modernidade e a industrialização e urbanização que a acompanham. As sociedades tornam-se mais complexas e, para lhe fazer face, emerge uma educação formal de tipo moderno que decorre em estabelecimentos apropriados para o efeito. Em contraposição à situação que vigorou ao longo de muitos séculos, a educação formal moderna alicerça-se numa estratégia nacional e caracteriza-se pela sua obrigatoriedade, que a torna universal, e homogeneização “sob comando político, pedagógico e administrativo do Estado”<sup>2</sup>.

Acede-se ao domínio da escolarização que, como refere Candeias, “implica uma relação estruturada com a cultura escrita”, a qual ocorre no âmbito da instituição educativa. Ela é um “modo de acesso ao mundo das letras” distinto da alfabetização, em relação à qual representa uma evolução, sendo que a alfabetização “se reporta a uma relação funcional com a leitura e a escrita [que] pode assumir diferentes tipos de profundidade”<sup>3</sup>.

É nosso objetivo contribuir para a historicização das Campanhas de Alfabetização, que ocorreram num contexto de profundas mudanças sociopolíticas, considerando-as numa perspetiva sobre as alterações culturais populares que à época foram ensaiadas.

---

<sup>1</sup> Anthony Giddens, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, 495.

<sup>2</sup> António CANDEIAS, “Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português”, in *A Transnacionalização da Educação: da Crise da Educação à Educação da Crise*, Porto, Afrontamento, 2001, 31.

<sup>3</sup> CANDEIAS, “Processos”, 31.

Este contributo baseia-se num estudo de caso de alfabetização de adultos no bairro dos Olivais Sul nos anos de 1975 e 1976, dinamizada por estudantes do Liceu D. Dinis, na qual participou a coautora do texto.

Pretendemos dar resposta, nomeadamente, às seguintes questões: qual era o perfil dos formandos? E o dos formadores? Como ocorreu a interação entre formandos e formadores? Que metodologias foram utilizadas durante o processo? Que contributos é que a campanha deu para a formação de uma consciência cívica nos jovens que então contactaram com o mundo real e os seus problemas sociais?

Para além da observação-participante, conduzida por uma jovem que tendo sido testemunha privilegiada dos acontecimentos, deles nos lega a sua memória, foi igualmente utilizada a análise de documentos como técnicas de observação.

## 2. Alfabetização e escolarização em Portugal (1844-1974)

Em 1844, Portugal tornou-se um dos países precursores da introdução da escolaridade obrigatória na Europa.

No entanto, a transição de um modo de alfabetização informal para a escolarização formal vai dar-se muito lentamente, como demonstrado por Candeias<sup>4</sup>. A situação só se começará a alterar na década de 1950, altura em que o papel institucional da escola se reforça e se dão passos no sentido do alargamento da escolaridade obrigatória<sup>5</sup>.

Mas se a partir desse momento, alfabetização e escola passam a ser sinónimos, no sentido em que se dá definitivamente a passagem da predominância de uma alfabetização informal para um modo de acesso ao conhecimento formalizado, a escolarização vai manter-se de muito curta duração até ao fim do regime. De facto, durante a ditadura salazarista, a escola, para além de local de inculcação da ideologia do regime, serviu para que, nomeadamente as crianças oriundas das classes populares, iniciassem um ofício logo que terminassem a reduzida escolaridade obrigatória. Acresce que uma fatia muito relevante da população continuava analfabeta, como evidencia a informação estatística disponível, apesar da “Campanha de Educação de Adultos” dos anos 50, da criação em 1972 da Direcção-Geral da Educação Permanente ou dos Cursos de Ensino Primário Supletivos de Adultos do início da década de 1970.

---

<sup>4</sup> António CANDEIAS, *Alfabetização e Escola em Portugal na Transição de Século: Dados e Perspetivas*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1998.

<sup>5</sup> A escolaridade obrigatória era de apenas 3 anos até 1956, tendo passado a 4, apenas para os rapazes, nesse ano. Em 1960, passou a ser de 4 anos para todos e, em 1964, aumentou para 6 anos. Somente em 1986 foi aumentada para 9 anos e, em 2009, para os atuais 12.

De acordo com o Recenseamento de 1960<sup>6</sup>, a taxa de analfabetismo entre os maiores de 7 anos era de 33,1%, com uma pronunciada desigualdade de género: 26,6% nos homens e 39,0% nas mulheres. Em 1970<sup>7</sup>, apesar do decréscimo, cerca de um quarto da população continuava analfabeta (25,7%), continuando o analfabetismo feminino (31,0%) a ser bastante superior ao masculino (19,7%).

Três indicadores que refletem bem a situação da reduzida escolaridade existente em 1974 são o número de estabelecimentos escolares, o número de docentes e a taxa real de escolarização. No caso dos estabelecimentos, havia uma rede muito densificada de escolas primárias, escasseando os estabelecimentos destinados à educação pré-escolar e aos restantes níveis de escolaridade<sup>8</sup>. O mesmo sucedia com o número de docentes, predominando largamente os do 1º Ciclo<sup>9</sup>. Quanto à taxa real de escolarização, ela era bastante elevada no 1º ciclo e baixa nos restantes, em particular no secundário, bem como na educação pré-escolar<sup>10</sup>.

Face a esta situação, durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso) realizaram-se campanhas de alfabetização, inseridas na vasta mobilização popular que ocorreu durante este período. Elas tiveram origens diversas, sendo enformadas por culturas políticas diferenciadas, como nota Fernandes<sup>11</sup>, partindo frequentemente de iniciativas de organizações do poder popular, de associações de vária índole, de organizações partidárias e até do próprio MFA (Movimento das Forças Armadas). Em todos os casos o objetivo era o mesmo: lutar contra os elevados índices de analfabetismo existentes e dotar as populações de qualificações que permitissem a sua participação consciente e esclarecida na vida da *polis*, aprofundando a cidadania e a democracia no quadro do fim supremo de construção de uma sociedade socialista, como virá a ficar consagrado na

---

<sup>6</sup> INE, *Recenseamento Geral da População, 1960*, Tomo III, Volume II, Lisboa, 1964.

<sup>7</sup> INE, *Recenseamento Geral da População, 1970*, Volume II, Lisboa, 1971.

<sup>8</sup> No ano letivo de 1973/1974 havia apenas 340 estabelecimentos afetos à educação pré-escolar, 1 140 ao 2º Ciclo e 651 ao 3º Ciclo e ao Ensino Secundário, contra 16 406 ao 1º Ciclo (DGEEC, *75 Anos de Estatísticas da Educação em Portugal*, Volume III, Lisboa, DGEEC, 2023, 261).

<sup>9</sup> No ano letivo de 1973/1974, o número de educadores/as de infância era de 1 667. Os/as docentes do 1º Ciclo (32 020), constituíam 45,7% do total, registando-se 16 332 no 2º Ciclo e 20 104 no 3º Ciclo e Secundário (DGEEC, *75 Anos*, Volume III, 82).

<sup>10</sup> A taxa real de escolarização no secundário era somente de 4,9% e no pré-escolar de 8,3%. As do 2º Ciclo (26,0%) e do 3º Ciclo (17,8%) eram um pouco mais elevadas, mas permaneciam baixas. Já no 1º Ciclo ascendia a 84,9%, o que significa que mesmo neste ciclo de estudos uma importante fatia das crianças em idade normal de o frequentar não acedia à escola (GEPE/INE, *50 Anos de Estatísticas da Educação*, Volume I, Lisboa, GEPE/INE, 2009, 65).

<sup>11</sup> Rogério FERNANDES, “Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal”, in *Colóquio Educação e Sociedade*, 1993, 2, Lisboa, 113-144.

Constituição de 1976. Deste modo, ainda que com várias origens, as campanhas eram imbuídas por uma lógica de “educação popular”<sup>12</sup>.

Em alguns casos, elas inseriram-se num programa mais vasto visando questões relativas à saúde das populações, como sucedeu nas Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária que decorreram no Verão de 1974, ou a intervenção sociocultural e a socialização política, patentes nas Campanhas de Dinamização Cultural do MFA.

### 3. A freguesia de Santa Maria dos Olivais

Os primeiros vestígios de povoamento no atual território dos Olivais remontam à pré-história, mas o local permaneceu fortemente despovoado até ao século XIV. O relativo crescimento populacional registado nesse século e a formação de lugares com alguma relevância justificaram a criação da paróquia e da freguesia de Santa Maria dos Olivais no dia 6 de maio de 1397 pelo arcebispo de Lisboa, o que foi confirmado por bula papal datada de 1 de junho de 1400<sup>13</sup>. Os séculos seguintes serão marcados pela presença de comunidades religiosas e alguns fidalgos e respetivas propriedades. No século XVI, em torno da Igreja matriz começa a desenvolver-se um povoado, na zona atualmente conhecida como Olivais Velho.

Em finais de oitocentos despontam as primeiras manufaturas: olarias, saboarias, uma empresa de curtumes, outra de fabricação de pregos e uma de produção de chitas, esta fundada já no início do século XIX. Há ainda registo da existência de moinhos de maré e de atividades piscatórias e de extração de sal.

A construção da ferrovia entre Lisboa e o Carregado, em meados do século XIX, permitiu aumentar o dinamismo económico dos Olivais então já elevados à categoria de concelho por decreto de 11 de setembro de 1852. O concelho durará pouco mais de três decénios, sendo extinto em 1886. Durante esse período, a indústria começa a fazer a sua aparição, concentrando-se na faixa ribeirinha junto ao Tejo.

Desde 1846 conhece-se a existência da Fábrica de Francisco Luís Coelho, uma tinturaria. Em 1875 existiriam 43 unidades produtivas no concelho (cortiça, têxteis, olarias, moagem, sabão, tabaco, etc.), com a maioria a localizar-se na freguesia do Beato<sup>14</sup>. A

---

<sup>12</sup> Alberto Melo; Ana Benavente, *Educação Popular em Portugal. 1974-1976*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

<sup>13</sup> Carlos Consiglieri; Filomena Ribeiro; José Manuel Vargas; Marília Abel, *Pelas Freguesias de Lisboa. São João de Brito, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, 136.

<sup>14</sup> Consiglieri; Ribeiro; Vargas; Abel, *Pelas Freguesias de Lisboa*, p. 141.

grande unidade industrial do século XIX na freguesia será a fábrica de estampanaria de tecidos de Francisco Alves Gouveia, fundada em 1874.

Com a indústria, surge a habitação operária, como o bairro operário da Fábrica Alves Gouveia; as organizações operárias, como as coletividades, de que é exemplo a SFUCO – Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivalense, fundada em 1886; a ação coletiva operária, exemplificada pela greve de 1910 dos moços da fábrica de Alves Gouveia; e a difusão do ideal republicano, tendo os Olivais sido um importante “centro das operações revolucionárias”<sup>15</sup> a oriente da cidade de Lisboa.

Ainda que a ruralidade continue a persistir, os Olivais dos finais do século XIX em termos económicos e sociais já são bastante diferentes do que eram em meados de novecentos.

Será somente no século XX que se dará a grande transformação da freguesia, com a intensificação da industrialização e da urbanização.

Neste processo assume particular importância o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa que Duarte Pacheco solicitou em 1938 ao urbanista Étienne de Gröer. A primeira grande intervenção ocorreu com a criação do Bairro Social da Encarnação, entre 1940 e 1946. Seguir-se-ão os bairros de Olivais Norte e de Olivais Sul.

O estudo para a urbanização dos Olivais Norte iniciou-se em 1955. Entretanto, o DL n.º 42 454 de 18 de Agosto de 1959 vai obrigar o município lisboeta a construir habitações “com rendas acessíveis aos agregados familiares de mais fracos recursos”<sup>16</sup> nas novas zonas urbanizadas. O diploma preconizava que 30% das habitações fossem de renda livre e 70% de habitação económica<sup>17</sup>.

Seguiu-se a urbanização dos Olivais Sul. Aí se edificaram 8 500 fogos, apresentando o plano de urbanização “uma estrutura celular hierarquizada, baseada no zonamento de funções, seguindo o esquema proposto pela primeira geração das *new towns* britânicas que desenvolve a tradição das cidades-jardim e se afasta do *mainstream* racionalista (...)”<sup>18</sup>. A população que começou a afluir ao bairro, provinha dos bairros de barracas existentes em redor da capital ou foi nele realojada devido às cheias de 1967. Uma fatia importante foi constituída por funcionários de vários ramos da administração pública.

Nos Olivais Sul vão-se compatibilizar os lotes destinados à habitação com outros dedicados ao uso industrial. Em termos industriais, em 1937 existiam na zona quatro

---

<sup>15</sup> Consiglieri; Ribeiro; Vargas; Abel, *Pelas Freguesias de Lisboa*, p. 142.

<sup>16</sup> DL n.º 42 454 de 18 de Agosto de 1959.

<sup>17</sup> Tiago OLIVEIRA, “A modernidade complexa dos bairros dos Olivais”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2019, XII, Lisboa, 163.

<sup>18</sup> Tiago OLIVEIRA, “A modernidade”, 170.

fábricas de cortiça e de tanoaria, duas têxteis e duas químicas<sup>19</sup>. Nas décadas seguintes, a indústria vai expandir-se, para o que muito contribuiu a construção da Central Elevatória dos Olivais, inaugurada em 1948. Ao longo das Avenidas Marechal Gomes da Costa e Infante D. Henrique vão-se concentrar fábricas, armazéns, oficinas, empresas associando a componente industrial e comercial e outro edificado dedicado às atividades económicas. Daí resultará um tecido industrial moderno bastante diversificado. Segundo Folgado, em 1967 trabalhavam no eixo Olivais-Chelas 13 303 operários e existiam 1 322 empresas<sup>20</sup>.

#### 4. O caso das campanhas de alfabetização nos Olivais Sul (1974-1977)

No projeto do bairro dos Olivais Sul tentou-se uma mistura de grupos sociais, consoante as profissões dos agregados familiares, numa tentativa interclassista e de interculturalidade, baseado em modelos do norte da Europa, projeto este que é de estranhar em pleno Estado Novo. O pretendido interclassismo e interculturalidade nem sempre funcionaram, existindo zonas que eram mais guetizadas e estigmatizadas.

Antes do 25 de Abril de 1974 os moradores dos Olivais ainda consideravam viver num subúrbio de Lisboa, onde não existiam lojas, centros comerciais, cinemas ou livrarias, existindo apenas os mercados e mais tarde as mercearias. As casas de renda económica, que passavam para os proprietários ao fim de 25 anos, eram atribuídas consoante o número de filhos/as. Logo, as crianças e os jovens predominavam no bairro.

O prédio de 10 andares que a família da coautora foi habitar, em 1970, faz parte de um conjunto com mais duas torres de cor bordeaux e aparecem representados nos livros de arquitetura pelos espaços abertos nos edifícios, uma inovação arquitetónica modernista. Situado numa encosta coberta de relva e com arvoredo, dele se tem um vasto horizonte sobre o rio Tejo, o que era agradável às brincadeiras na relva e às conversas entre jovens. Já no final do Estado Novo, na Igreja, a única que existia na altura, a missa do meio-dia, ao domingo, era muito frequentada por jovens, porque a homilia era acompanhada por cânticos ao som de guitarras. Provavelmente, à frente da paróquia estaria um pároco do grupo dos católicos progressistas. No final da homilia, os jovens ficavam no adro a conversar e a debater sobre os diversos assuntos que projetavam para os seus futuros.

A coautora deste texto frequentou o 3.º ano no Liceu Rainha D. Leonor, em Alvalade, liceu feminino, com uma educação muito rígida e padronizada, para as raparigas, como

---

<sup>19</sup> Deolinda FOLGADO, *A Nova Ordem Industrial. Da Fábrica ao Território de Lisboa, 1933-1968*, Volume I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, 212.

<sup>20</sup> FOLGADO, *A Nova Ordem Industrial*, 243.

era próprio da época, em que as batas brancas não podiam mostrar que por baixo se usavam minissaias.

Quando o Liceu D. Dinis, na atual freguesia de Marvila, foi inaugurado em 1972, no final da época marcelista, a coautora pediu a transferência. É possível que nele já se fizessem sentir algumas reformas de Veiga Simão, porque o liceu era frequentado por rapazes e raparigas e nas turmas existia a coeducação. A tipologia arquitetónica com pavilhões constituiu uma mudança na estrutura dos liceus da época. O liceu era frequentado essencialmente por jovens dos Olivais Sul, Olivais Norte, da Encarnação e de Chelas.

O movimento associativo dos estudantes, nomeadamente o MAESL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário) teve impacto no liceu com a distribuição de panfletos contra a Guerra Colonial, a repressão, as prisões. Impacto teve também a notícia da morte do estudante Ribeiro Santos, em Económicas, em 1972, e a prisão dos estudantes dos liceus reunidos na Faculdade de Medicina de Lisboa, em 16 de dezembro de 1973<sup>21</sup>.

Quando se deu o 25 de Abril de 1974 a coautora era uma jovem de 15 anos que frequentava o 5.º ano do liceu.

Entretanto, como em tantos outros bairros, nos Olivais formaram-se comissões de moradores, assistindo-se a ocupações de casas ainda não atribuídas em edifícios vazios, surgindo diversas coletividades culturais. Muitos jovens do D. Dinis enquadraram-se politicamente nos partidos mais à esquerda, mantendo reuniões, leituras e debates das obras de Marx, Engels, Lenine, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Trotsky, Wilhem Reich, entre outros/as autores/as.

Desde o ano de 1974 a 1977, quando a coautora acabou o 7.º ano, ocorreram no liceu várias RGA (Reuniões Gerais de Alunos) e AGE (Assembleias Gerais de Escola), muito participadas, quase sempre com discussões muito acesas entre os/as estudantes de vários partidos políticos, em que se debatiam projetos educativos e ações estudantis.

As aulas funcionavam bem, gostávamos de estudar, estudantes e docentes adaptaram-se rapidamente a novas medidas pedagógicas, iniciaram-se trabalhos em grupo, debates nas aulas, mas também outras formas mais formais, compreensíveis em disciplinas como alemão.

Nas ações políticas realizadas no liceu foram relevantes o facto de este se situar próximo do Regimento de Artilharia de Lisboa (Ralis), na Encarnação. Os acontecimentos de 11

---

<sup>21</sup> 37 estudantes eram menores de 16 anos; 18 estudantes foram enviados à DGS (José Pedro Castanheira, 13 de fevereiro de 2009, Expresso).

de março de 1975, onde se destacou o capitão Dinis de Almeida, foram vividos pela população e pelos jovens nas ruas em frente ao quartel ou assistindo a estes no cimo dos prédios<sup>22</sup>.

Como referimos, no final do Estado Novo, a taxa de analfabetismo, a nível nacional, rondava os 27,7% da população, percentagem superior para as mulheres. Com a democracia, muitas mães que até então eram domésticas procuraram empregar-se, nomeadamente no setor dos serviços, mas, como muitas só tinham a 3.<sup>a</sup> classe, acabaram por frequentar as escolas primárias à noite para concluir a 4.<sup>a</sup> classe, obrigatória para se candidatarem aos empregos e poderem tirar a carta de condução.

Os estudantes do D. Dinis tinham consciência deste analfabetismo na sociedade pela situação de avós e das vizinhas com quem conviviam diariamente.

Como já foi referido, a partir de 1974 por todo o país começaram a surgir iniciativas culturais, recreativas, educativas, campanhas de alfabetização, sessões de planeamento familiar, impulsionadas pela dinâmica dos moradores/as e coletividades, organizando-se grupos de animação sociocultural e de educação popular, no caso concreto deste estudo, de campanhas de alfabetização.

A então denominada Direcção-Geral de Educação Permanente funcionava num edifício ao lado da Biblioteca Nacional. A partir de 1974 era diretor da DGEP o Dr. Alberto Melo em colaboração com a Dra. Ana Benavente. Os seus principais objetivos eram dirigir-se às necessidades da população adulta, que não tivera acesso à educação durante o Estado Novo. Nesse sentido, havia três domínios que se interligavam a alfabetização, a educação não formal e redefinição da carreira escolar do adulto, sendo que a DGEP orientava o trabalho dos grupos que se constituíam nos bairros para as campanhas de alfabetização. Existiram Encontros Nacionais de Associações e Animadores, havendo a partir de finais de 1976, provavelmente devido às mudanças políticas após o 25 de novembro, um desinvestimento do Estado ligado à educação popular.

Foi durante os anos de 1975 e 1976, que nos Olivais se iniciaram as campanhas de alfabetização conduzidas por jovens, essencialmente raparigas, que frequentavam o D. Dinis, em que a coautora participou em conjunto com as/os colegas Goretti, Paula, Anabela, Hugo e outros/as jovens, dos quais acabámos por nos afastar por termos deixado de residir nos Olivais. Havia, por assim dizer, dois núcleos de alfabetização: um nos Olivais Sul que funcionou num edifício ocupado pela Comissão de Moradores e outro

---

<sup>22</sup> Pedro Dórdio, “Foi há 40 anos: o dia-a-dia de Lisboa no caldeirão do PREC”, Observador, 12 de setembro de 2015.

situado no antigo bairro do Relógio, constituído por barracas, e que veio a ser demolido, só nos anos 90, do século XX.

Os/as alfabetizandos/as eram essencialmente senhoras que não sabiam ler, nem escrever, domésticas, trabalhadoras domésticas e algumas operárias em fábricas da cintura industrial de Lisboa. A experiência educacional entre jovens estudantes e pessoas albetizandas era inovadora. Seguíamos o método preconizado pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire, em que pelo diálogo em grupo se conheciam os interesses e vivências das pessoas, encontrando-se as palavras mais referidas que eram trabalhadas na sua fonética<sup>23</sup>. De recordar que o pedagogo Paulo Freire defendia uma educação democrática e de liberdade em função dos alfabetizandos/as, em que os professores/as não se impunham como nas escolas formais, o que ia ao encontro aos objetivos da Direcção-Geral de Educação Permanente.

As pessoas que frequentavam as aulas pretendiam, em primeiro lugar saber assinar o nome (muitas tinham vergonha de colocar o dedo numa tinta preta e deixar a marca da impressão do dedo indicador direito no documento, como então se fazia), conhecer as direções dos autocarros e até para acompanhar as aprendizagens dos netos/as na escola. Muitos/as confidenciavam que a utilização do lápis era muito difícil porque o achavam demasiado leve relativamente aos seus utensílios de trabalho, usados nos campos e nas fábricas. Todas estas experiências nos faziam refletir sobre a vida muito humilde e pobre das pessoas durante o Estado Novo e contribuiu para a nossa consciência de classe e conhecimento das vidas numa sociedade capitalista. Nestes dois anos em que a coautora esteve nas campanhas de alfabetização, algumas pessoas conseguiram concretizar os seus objetivos de aprender a escrever e a ler.

As aulas decorriam à noite, terminavam por volta das 23horas e estas jovens ainda menores, deslocavam-se para as associações, não sendo até aí habitual as raparigas e as mulheres ocuparem o espaço público noturno, devido a questões de assédio, o que por vezes ocorreram (por exemplo, de rapazes a quererem segui-las até casa ou a importuná-las verbalmente). Se a Revolução continuava nas ruas, as mentalidades ainda demoraram muitos anos a alterarem-se, principalmente a nível das relações entre os rapazes e as raparigas, numa sociedade patriarcal que estava entranhada pela legislação e pelas relações familiares.

---

<sup>23</sup> Paulo Freire, *Educação como Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Esta experiência de alfabetização de adultos teve várias consequências para todos/as os/as intervenientes. Primeiro, iniciou novas práticas culturais e de sociabilidades entre os jovens que ensinavam e os adultos que aprendiam, havendo a perspectiva que se estava a contribuir para transformar a sociedade, em democracia. Para os adultos alfabetizandos/as foi um modo de valorizar a educação que contribuiu para a sua autonomia pessoal e a melhoria das suas condições de vida. Para a nossa experiência de jovens, continuámos a nossa convicção sobre a importância do ativismo político. A coautora interrompeu por uns anos a entrada no curso de História e logo em 1980 começou a trabalhar na então formada Direcção-Geral de Educação de Adultos, a funcionar na Avenida 5 de Outubro, num 7.º andar, e num projeto socio-antropológico para adultos, na zona de Braga.

### Conclusão

Apesar de ter sido um país precursor da implementação da escolaridade obrigatória, a escolarização em Portugal só muito tardiamente assumiu um carácter de dominância, destronando a alfabetização informal.

Quando o 25 de Abril de 1974 ocorre, os níveis de analfabetismo eram ainda muito elevados e a escolaridade obrigatória muito reduzida. Era um imperativo alterar a situação.

Dá a realização das campanhas de alfabetização, como as que decorreram no bairro dos Olivais Sul, as quais implicaram práticas coletivas associativas de transformação social, envolvendo estudantes e adultos não alfabetizados/as. Sem dúvida que na memória pessoal e histórica do bairro, ficou uma marca indelével de democracia e de cidadania ativas.

Com este estudo sobre as campanhas de alfabetização de adultos nos Olivais Sul, situadas no período da revolução de 1974, pretendeu-se contribuir para a ampliação da história local, cultural e educativa e para fazer luz sobre uma das dimensões menos conhecidas do PREC.

### Bibliografia

CANDEIAS, António, *Alfabetização e Escola em Portugal na Transição de Século: Dados e Perspetivas*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1998.

CANDEIAS, António, “Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português”, in *A Transnacionalização da Educação: da Crise da Educação à Educação da Crise*, Porto, Afrontamento, 2001, 23-89.

CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel; ABEL, Marília, *Pelas Freguesias de Lisboa. São João de Brito, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

FERNANDES, Rogério, “Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal”, in *Colóquio Educação e Sociedade*, 1993, 2, Lisboa, 113-144.

FOLGADO, Deolinda, *A Nova Ordem Industrial. Da Fábrica ao Território de Lisboa, 1933-1968*, Volume I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

FREIRE, Paulo, *Educação Como Prática da Liberdade*, São Paulo, Paz & Terra, 1976.

GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

MELO, Alberto; BENAVENTE, Ana, *Educação Popular em Portugal. 1974-1976*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

OLIVEIRA, Tiago, “A modernidade complexa dos bairros dos Olivais”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2019, 12, Lisboa, 161-181.

#### Fontes estatísticas

DGEEC, *75 Anos de Estatísticas da Educação em Portugal*, Volume III, Lisboa, DGEEC, 2023.

GEPE/INE, *50 Anos de Estatísticas da Educação*, Volume I, Lisboa, GEPE/INE, 2009.

INE, *Recenseamento Geral da População de 1960*, Tomo III, Volume II, Lisboa, INE, 1964

INE, *Recenseamento Geral da População de 1970*, Volume II, Lisboa, INE, 1971.

#### Legislação

DL n.º 42 454 de 18 de Agosto de 1959